

Samu: MPE requer Central de Regulação funcionando

Na Ação Civil o Estado e a FHS têm 180 dias para colocar a nova Central em funcionamento

LINDIVALDO RIBEIRO/CS

A promotora de Justiça dos Direitos à Saúde, Euza Missano ajuizou Ação Civil Pública (ACP) em face do Estado de Sergipe e da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), para que sejam corrigidas, emergencialmente, todas as irregularidades encontradas no serviço de atendimento pré-hospitalar prestado pelo Samu Sergipe. O Ministério Público Estadual (MPE) requer que, em 180 (cento e oitenta) dias, o Estado e a FHS coloquem em funcionamento a nova Central de Regulação do Samu, com aprovação da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe.

O MPE estipulou outros prazos para que todas as pendências constatadas durante a realização do Inquérito Civil sejam sanadas e pediu cobrança de multa diária no valor de R\$ 5.000,00, pelo descumprimento de qualquer um dos itens que venha a ser determinado judicialmente.

“Não existe explicação para o funcionamento ‘improvisado’ da Central do Samu já que, de acordo com o Sindicato 192, desde março de 2010, o Ministério da Saúde liberou uma verba no valor de R\$ 369.000,00 (trezentos e sessenta e nove mil reais) para reforma e ampliação da unidade de regulação”, informou Euza Missano. Ainda de acordo com o 192, desde novembro de



■ **Euza Missano:** “não existe explicação para o funcionamento ‘improvisado’ da Central do Samu”

2010, a Secretaria Estadual de Saúde recebeu a verba, mas as reformas nem sequer foram iniciadas.

Se não bastasse, os relatórios técnicos realizados pela Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, apontam diversas irregularidades, que vão desde acondicionamento irregular de medicamentos, falta na higienização das sacolas, ausência de aparelhagem e profissionais adequados e em número suficiente, até a precariedade nas instalações e a falta de medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico.

“Emerge, desse lamentável quadro, a responsabilidade objetiva e a conduta omissiva do Estado”, salientou a Promotora de Justiça, ao explicar que a situação é de extrema gravidade. “É grande o sofrimento da população sergipana com a indignida-

de da assistência prestada pelo Samu”, afirmou a promotora. Na ACP, o Ministério Público requer, também, que as reformas estruturais para ambientação da base metropolitana do Samu sejam feitas em 30 dias e, no mesmo tempo, seja providenciado o projeto de Combate a Incêndio e Pânico. Em 60 dias, deverão ser treinados a equipe de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, para que estejam aptos a cumprir seu mister.

• SES

A Secretaria de Estado da Saúde esclarece que está em processo de estruturação de um complexo regulatório que irá funcionar de forma centralizada, reunindo toda a regulação do Estado, o que inclui Samu, Serviço de Remoção Inter-hospitalar Assistida e da Rede Estadual de Saúde.



MINISTÉRIO PÚBLICO REQUER TAMBÉM REFORMAS ESTRUTURAIS PARA A AMBIENTAÇÃO DA BASE METROPOLITANA DO SAMU

